

**Accção
Realís
ta**

**revísta
quínzenal**

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

SUMARIO

<i>O Exercito e a Patria</i>	por Ernesto Goncalves
<i>Carta aberta aos meus amigos e companheiros</i>	» H. de Paiva Couceiro
<i>Ecos</i>	
<i>Elogio do menor numero</i>	» João Ameal
<i>Acção Realista Portuguesa.</i>	

AOS NOSSOS LEITORES

Não publicámos o número referente à primeira quinzena deste mez, porque não quizemos sujeitar a nossa revista à censura.

Toda a correspondência relativa à administração deve ser endereçada ao editor e gerente sr. Pedro E. da Camara.

Dois pedidos fazemos hoje aos nossos estimados leitores:

- 1.º que concorram, na medida das suas posses, para a subscrição do diário da Acção Realista;**
- 2.º que cada um consiga, pelo menos, mais um assinante desta revista.**

AÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	EDITOR E GERENTE Pedro E. da Camara	Assinaturas (Pagamento adiantado) SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS Numero avulso — 1\$000 réis
--	--	--

O Exército e a Pátria

O movimento militar fracassado não pode passar despercebido na poeira dos factos banais da nossa mesquinha politica. Uma revolução partidária mereceria na nossa revista um éco sóbrio, um leve comentário. Este movimento, porém, eleva-se, pelo seu significado de ordem, acima da comedia trágica da politica portuguesa. Não foi uma revolução partidária que ficou derrotada. Não foi um partido que, pela propria fatalidade das democracias, onde a Urna e a Revolução são irmãs gêmeas, recorreu á fôrça das armas para se apoderar do Estado. Qualquer cousa mais grave — e tambem superior — se passou. O exercito agiu, não em nome dum partido, mas por si próprio, em seu nome. A espada saiu da bainha para cumprir o seu dever, — perante a sociedade em perigo e a Pátria obscurida por uma *vil tristeza*. Não aprofundemos as razões por que a vitória não aureolou as espadas levantadas ao alto, num protesto de esclarecido patriotismo. Se ha uma montureira, em que a honra de certos homens se atasca, numa soturna dissolvencia, tapemos o nariz, desviemos nossos olhos do espectáculo sem nome !

Durante muitos anos, o nosso exercito assistiu, silencioso, às criminosas lutas partidárias, cruzando os braços perante as paixões mesquinhas e a loucura dos politicos. Mas ao exercito cumpre a gloriosa missão de manter, dentro da Pátria, a solidariedade dum elevado pensamento português e o predomínio do interesse nacional. Mais cedo ou mais tarde, o conflito entre os partidos e o exercito tinha fatalmente de se dar, — como aconteceu ! Na anarquia das democracias, a Patria perdeu a sua consciencia, — e só se ergue, no tumulto da praça de comicio, o vozear das paixões individualistas, sem finalidade nem sentido nacional. Um exercito português, dentro duma sociedade que esquece e abandona Portugal, é um anacronismo, uma contradição, ou uma permanente ameaça para os politicos do Anti-Portugal, que as espadas resgatadoras, fieis ao seu dever patriótico, teem de expulsar como nescios traidores. Até ha pouco, julgávamos não possuir um exercito português, — mas um exercito politico, que pelo seu silencio, era cúmplice da politica de

ACÇÃO REALISTA

traição à sociedade e à nossa Pátria. Os militares, porém, sentiram dentro de si, desperta, a alma militar, — as virtudes que fazem dum soldado um homem que, por juramento, se devota ao serviço da terra dos antepassados. Dentro da nossa sociedade, os civis, pesados de materialidade, egoistas, mólés, acomodaticios, dançando sobre a corda bamba das habilidades, dão à atmosfera social uma trôpega inconsciência. Temos à porta a ameaça bolchevista. A Pátria sofre a sua paixão, martirizada nas lutas civis que dilaceram, na sua furia, o pouco da alma colectiva que nos resta. E os políticos, que teem os olhos cegos, não veem o perigo bolchevista, nem o crepúsculo da Pátria. Continuam nos seus ódios, nas suas intrigas, nos seus interesses particulares. . . Que lhes importa a sociedade, que medo podem ter do bolchevismo, se êles só desejam fazer a sua politica e o seu negociosinho ! E a Pátria ? Para essa gente de partido, Portugal é uma cousa morta, fechado como uma múmia nas paginas da historia. A Patria, para eles, dorme nos sepulcros de nossos avós como um cadaver. A alma eterna da nossa Raça não os inspira como uma claridade criadora de heroismos e de virtudes. Vivem presos à sua pequenina alma de individuos sem Deus nem Patria, — á sua alma reduzida ao papel duma simples víscera. . .

Mas o exercito, no meio duma sociedade que se desmorona, é o ultimo reduto em que Portugal se encerrou. Esse reduto conserva-se atento a todos os rumores, pronto a atacar e a defender. Embora o ultimo movimento militar não tivesse vencido, êle permanece como uma lição e uma certeza. Provou-nos pela vigorosa lição do seu repto cavaleiresco, que os partidos dissolvem a sociedade, destroem o Estado, — impotentes para resolver, os angustiosos problemas que transformam a nossa época num cáos de forças cegas. E a certeza que trouxe aos nossos corações enche de orgulho e de esperança o nosso patriotismo militante, que é sentimento e ideia : de hoje por diante já não podemos duvidar que nem tudo se perdeu e que permanece intacto, invulneravel, o espirito da Patria a guiar os actos supremos das espadas.

Deixemos passar a fatalidade ; façamos um acto de esperança, viril e confiante, em frente do futuro. Se o exercito não venceu, não nos abandonêmos a um desânimo que é vexatório para a nossa esperança nos destinos imortais da nossa Patria. Nenhuma acção se manifesta sem um pensamento e um ideal. As espingardas não se carregam só de pólvora. O aço das espadas não basta por si próprio. . . Forme-se a ideia guiadora, condense-se o ideal impulsor, — e a acção seguir-se-á fatalmente, criando na terra portuguesa um novo e ressurgido Portugal. Quando existe um pensamento forte, quando um ideal nobre se apossou das almas, — todas as derrotas geram profundas energias espirituais e transfigurações de heroismo. A derrota dum momento eleva a fé da vitória.

Nós, como nacionalistas que somos, só nos guiamos pelos interesses superiores da nossa terra. Defendemos a Monarquia porque consideramos o Rei o libertador do interesse

nacional e a autoridade donde irradia, como dum fóco de vida, as energias superiores que formam o Estado. Ser monarquico não é, porem fecharmo-nos num sectarismo de partido. O monarquico ausculta todos os ritmos da Patria, todos os rumores que se agitam na nação e só ambiciona a grandeza da sua terra. Por isso, o movimento militar fracassado merece a nossa simpatia de portugueses. Chegámos a um momento tão confuso, que unicamente a força legitima da espada ao serviço da nossa Patria poderá dar ordem á desordem das clientelas, varrer da vida publica os elementos negativos, disciplinar as vontades que perderam o pólo do interesse nacional e abrir o caminho para a instauração dum Estado português, onde um perfeito e consciente patriotismo estabeleça, com vínculos firmes, uma verdadeira fraternidade portuguesa. O exercito deve preparar a estrada do nosso futuro, — desfazendo os enrêdos que dificultam a vida actual. O exercito não é um partido, nem obedece á vontade dos partidos. A sua auctoridade, numa época de crise e de transição, impõe-se fatalmente. Ainda bem que acordou a alma militar, ardendo no puro fogo das virtudes guerreiras. Retraia-se a «alma civil» dos politicos, à sombra da sua covardia e da sua pusilanimidade! A politica partidária destruiu todos os vinculos da sociedade e abriu as portas à avançada do bolchevismo magólico. Cale-se a «alma civil», mercantil, espessa, sem altas virtudes humanas, perante a beleza heroica do espirito militar e a força construtiva das espadas!

Evoquemos neste momento a bronzea e épica figura de Mousinho de Albuquerque e suas palavras sóbrias de cavaleiro. O glorioso batalhador africano considerou Portugal «uma obra de soldados». Obra de soldados continua a ser, — obra de sacrificio, de abnegação e de vitória! Nas ruinas da casa lusitana, a lampada da Raça brilha com serenidade. Purifiquemos as nossas almas no seu sagrado clarão de resgate!

Ernesto Gonçalves

O grande problema hoje consiste em saber se o parlamentarismo é capaz de defender a actual ordem de coisas contra o espirito sovietico. A Revolução russa ergueu em fase da Civilisação ccidental uma nova concepção de vida que quer impor-lhe pela força. E' o Parlamentarismo capaz de defender a Civilisação?

«A Italia foi a primeira a perceber que não. A' Hespanha tambem já lhe chegou a vez»,

Affonso XIII.

(Nuna entrevista publicada no *Paris-Midi*.)

CARTA ABERTA AOS MEUS AMIGOS E COMPANHEIROS

V

ASPECTOS DE JUSTIÇA E DEFEZA

(CONTINUAÇÃO)

A mesma ordem de principios geraes se applica ao Governo da Marinha de Guerra. Problema é este da maxima importancia, que não deve encarar-se isoladamente, no restricto aspecto militar, mas sim dentro do conjuncto do Poder Naval, que abraça, alem da Marinha de Guerra, as actividades que com ella formam systema, isto é, pescarias, marinha mercante e commercio maritimo.

Foi o poder naval, em tempos passados, uma das proeminentes characteristics da Patria Portugueza. Hoje encontra-se reduzido a pouco mais do que uma sombra.

Porque ?

¿ Será porque nos faltem excellentes marinheiros ? Tanto não faltam que até sobram para ser apreciados ao serviço da marinha americana.

¿ Será porque nos faltem tradições e atavismos de raça, e populações pescadoras onde se cultivem, e mantenham vivos, os habitos e as vocações do mar ?

¿ Será porque nos falte favoravel situação geografica, ou portos e abrigos convenientes, ao longo do nosso litoral europeu, ou portos d'escala nacionaes ao longo dos Oceanos, para apoio da nossa navegação de longo curso ?

Não. Nenhum d'esses factores fundamentaes do Poder Naval nos falta.

Todavia, — alegam alguns — estamos em más condições de concorrência em face d'outros Paizes que dispõem de ferro e de carvão, que o nosso Paiz, até agora quasi não tem explorado. Fraca alegação, aliás, por varios motivos, e entre outros, porque deficiencias analogas não impediram a Italia e a Noruega, por exemplo, de desenvolver as suas marinhas mercantes.

Reconhece-se, pois, que devemos procurar as causas por outro lado.

N'um curso sobre marinhas estrangeiras, professado ha poucos annos na Escola Superior da Marinha franceza, pôde ler-se o seguinte : Quer se trate de reformas administrativas, transformação de pessoal, melhoramento do material, ou utilização d'este, as marinhas estrangeiras operam sempre por intermedio de planos a longo praso. Nenhuma d'ellas marcha por impulsos desencontrados ; nenhuma sofre continuamente a modificação das suas leis ; nenhuma podia conformar-se com um regimen politico instavel, ou com uma auctoridade dividida ou irresponsavel».

Estas palavras revelam bem, o que nos falta e tem faltado. Falta o vertice da pyramide. Faltam o Estado e o Governo, que saibam, queiram, e possam applicar aos elementos, que não nos faltam, a politica estavel, persistente, e continua, dos grandes objectivos nacionaes.

E os efeitos d'essa falta estão á vista. Quer nas nossas proprias estatisticas, nas quaes se verifica a diminuta percentagem com que a Marinha mercante nacional participa no trafego maritimo, quando o mar é precisamente a via por onde se faz a maior parte do nosso commercio. Quer no «Lloyds Register» que assignala a infima posição relativa de Portugal, na lista das tonelagens dos varios paizes maritimos.

Em resumo, comerciámos na quasi completa dependencia das bandeiras estrangeiras, incorrendo assim nos multiplos prejuizos que, de tal situação, evidentemente derivam.

E claro está que, sem os fundamentos nacionaes d'uma marinha mercante e pescarias devidamente vitalisadas, não existe Poder Naval, e a Marinha militar é uma criação mais ou menos artificiosa, e portanto percaria.

E, no entretanto, a Marinha militar é-nos absolutamente indispensavel quer como Paiz Colonial, quer por circuntancias d'ordem internacional, em consequencia das quaes a constituição da nossa força maritima chega a atingir os foros de questão de dignidade nacional. Temos que defender ao menos as nossas proprias costas, e pontos estrategicos d'apoio.

As nossas actuaes capacidades financeiras não nos permitem nem mesmo sonhar na posse d'esses poderosos «capital-ships, post-Jutlandia» que custam verdadeiras fortunas.

Temos que olhar, por um lado, os nossos recursos, e por outro os nossos objectivos de 1.º grau; e d'esse exame deduzir os principios racionaes e claros a que deva obedecer o nosso programa naval.

Sabido é que a mais eficaz defeza das costas se faz pelo dominio dos mares á sombra de esquadras potentes. D'ahi por nossa parte pessoal podemos tirar a ideia.

Tratêmos, pois, da defeza proxima das costas, quer dizer dos seus pontos estrategicos — o que, dentro de certos limites, é para nós cousa atingivel.

A'parte o que diz respeito ás baterias de costa, convir-nos-ha prever no mar os torpedos fixos, e os contra-torpedeiros e submersiveis, e no ar os hydroaviões, a que pode caber o serviço de reconhecimento a distancia.

Estas são necessidades primarias, e portanto base do nosso programa naval. Juntêmo-lhes, nos termos das possibilidades, alguns cruzadores rapidos, que possam acudir a um ponto ou outro das Ilhas e Dominios Ultramarinos, e uns navios porta-aviões, e teremos assim completado o que deve ser a nossa aspiração a respeito de força maritima.

Dentro d'essas linhas geraes nos devemos manter, desenrolando o programa methodicamente, sem variantes nem phantasias, e com pertinacia inabalavel. Esta parte se conseguirá entregando á Marinha a sua propria «preparação de guerra», conforme para o exercito de terra ficou indicado.

Proporcione-se o pessoal ao material. Cortem-se todas as despesas estranhas ao objectivo. Desenvolva-se intensamente a instrucção do pessoal.

E n'estes topicos geraes se contêm, em globo, aquillo que o nosso Nacionalismo pensa ácerca de Marinha de Guerra.

*

Mas a Marinha de Guerra, com a respectiva Aeronautica, representa tão sómente o

elemento militar do Poder Naval propriamente dito. O que esta ultima expressão significa todos os Portuguezes o sabem, visto que a nossa mesma Historia lh'o conta largamente. «Senhores da Navegação e do Comercio» era o titulo antigo dos Reis de Portugal. E o exercicio d'essas actividades navegantes e mercantis, e das correspondentes artes e industrias maritimas, — á sombra da Força Naval protectora, que mantinha, por sua parte, os emporios ultramarinos, e o dominio do Mar, — eis o conjunto concatenado e interdependente, que outr'ora, como hoje, constituia o que chamamos Poder Naval. E' este, na sua atingivel totalidade, que devemos tomar por objectivo da Nação, abrangendo a Marinha de Guerra, que precisamente dentro d'essa totalidade, logica e connexa, encontra a sua verdadeira razão de ser, e as melhores seivas da sua vitalidade.

*

«Gente de Mar» presuppõe industrias de Mar : e «Navios» envolvem a industria da sua construcção, e a existencia de pessoas e cousas que precisem de transporte por Mar. Isto é, o Poder Naval pede na base grande desenvolvimento das Pescarias, da Construcção Naval, da Produção de artigos exportaveis, e dos Mercados para collocal-os. E por consequencia acção de fomento, por parte do Estado, em todos esses sectores.

*

¿ Tem acaso as nossas Pescarias, — apesar de relativo movimento que revelam com efeito, a expansão que conviria que tivessem ? O exame directo do assumpto, e a estatistica comparada, respondem desde logo pela negativa.

A pesca está sofrendo transformações radicaes por toda a parte, modernizando-se e industrializando-se. E o emprego de vapores, e a pesca em grandes quantidades, trazem consigo a necessidade de portos de pesca ligados ás vias ferreas, e com as instalações precisas para acostamento rapido e transporte frigorifico.

Quer n'esse aspecto, quer em muitos outros, como investigação oceanografica, ensino tecnico, material de pesca, organização das classes piscatorias, etc., etc, -- devemos confessar que a nossa industria de Pesca tem ainda diante de si margens larguissimas para aperfeiçoamentos, que ao Estado cumpre pôr em marcha, por meio de methodos e auxilios conducentes. Temos uma população maritima de reconhecidas aptidões. Ha que desenvolvê-l-a, criando-lhe prosperidades e facultando-lhes facilidades e estímulos para exercicio mais remunerador da sua vocação ancestral.

A Construcção Naval tambem, por parte da iniciativa particular, tem mostrado entre nós certos desejos de viver. Emprehendimentos, todavia, d'alcance limitado, que estão a pedir, como as Pescarias, mão forte d'um Poder Publico com capacidade para canalizar e impulsionar, em melhores condições industriaes e scientificas, essas boas vontades que se manifestam.

Quanto ao actual Arsenal do Estado, a estreiteza do logar que ocupa é, só por si, symbolo falante, que nos dispensa d'acrescentar quaesquer palavras, a tal respeito. Para melhorar a situação, não tem faltado projectos ; mas as obras do Alfeite, tendo em vista

a transferencia do Arsenal para a margem esquerda do Tejo, é até hoje o unico resultado pratico digno de aprovar-se. Obras, todavia, que, se fizermos o calculo pelos 20 annos consumidos desde a elaboração do seu ante-projecto, póde prever-se que só aproveitarão a gerações ainda por nascer.

Um tal estado de cousas quasi atinge as raias do inverosimil, quando por um lado se considera o valor strategico e condições naturaes do porto de Lisboa, e por outro lado se conhecem as nossas relações internacionaes, e a connexão entre ellas e o dominio do Mar. Para pôr cobro a esta incongruencia, — tão oposta aos nossos mais notorios interesses, — um Governo Nacional certamente empenharia o esforço maximo das suas iniciativas.

Prendemos estaleiros e oficinas, docas e caes, armazens e as mais instalações necessarias para serviço de Marinhas de Guerra e mercantes, nacionaes e estrangeiras. Prendemos, n'uma palavra, nacionalisar a industria da Construcção Naval, e realizar as obras hydraulicas e civis proprias d'um Arsenal em termos competentes, — uma cousa e outra com applicação tanto a usos bellicos como mercantis.

¿ Será possivel só com os nossos recursos financeiros e technicos encaminhar sem hesitações, nem delongas excessivas, emprehendimento de tanta magnitude ?

Supômos que não.

Mas para proceder com efeito á nossa Reconstituição Naval, nas devidas condições d'eficiencia, o Nacionalismo, que professamos, não vê perigo, nem inconveniente imperativo, em adjudicar por meio de concurso o dito emprehendimento ao Consorcio formado por um grupo nacional d'entidades industriaes e financeiras com entidade estrangeira idonea para o objecto de que se trata. E é este mesmo o processo que preconisámos. Note-se de passagem que, — salvo engano nosso, — alguma combinação d'este genero estava em andamento, que foi interrompida pela proclamação da Republica em 1910.

Claro está que a coherencia nacionalista leva-nos a ser contrarios a desnacionalisações em todos os aspectos sem excepção do economico. Mas é precisamente a mesma coherencia que nos leva a admittr o elemento estrangeiro, na conta, pezo, medida e oportunidade, que convenha ao Bem Nacional. E' mesmo isto que as Tradições portuguezas nos ensinam. Tomando, nos contractos e nos methodos orgânicos, as precauções juridicas e economicas adequadas para que o sêlo nacional fique impresso sobre todos os instrumentos que entram ao nosso serviço, reservando-se dentro d'elles, para esse fim, e por outros motivos, a participação do capital, industria e trabalho nacionaes.

*

A formação da nossa frota mercante tem que incitar-se com outras medidas, como sejam nomeadamente credito maritimo, — concessões para embandeiramento de navios adquiridos no estrangeiro, quando convenha, — boas escolas de pilotagem e machinas, — melhoramentos de portos e de viação terrestre, facilitação do comercio de transito á sombra de tarifas combinadas de terra e mar, e outros meios, — organização de zonas franças — e finalmente criação de «substancia de frente», isto é, fomento da producção na metropole e colonias, e conquista de mercados com auxilio de convenções commerciaes

Em resumo, politica naval, politica comercial e politica colonial, teem de tratar-se me conjuncção pelos processos da dirigencia coordenada, previsor, e continua. E' esta a concepção realista dos meios para reaquirir engrandecimentos e prestigios, celebrando de novo os esponsaes da Patria Lusitana com o Oceano Atlantico, e em geral com as estradas maritimas, sede historica dos seus feitos assignalados, e fama immorredoura.

A politica d'expansão comercial, apoiada no desenvolvimento maritimo, pede dentro da mesma ordem d'ideias, o desenvolvimento aeronautico.

Com efeito a Aeronautica, como meio precioso que é, para facilitação e rapidez de communicações, influe, e influirá cada vez mais, sobre a Economia em geral, e sobre a economia em especial e governação d'aquelles Paizes nas circunstancias do nosso, cujas partes integrantes se acham dispersas a longas distancias.

Assim, ao lado do Poder Naval, e por motivos semelhantes, o Poder Aereo reclama tambem a pertinencia das nossas diligencias. Já atraz nos referimos ás Aeronauticas Militar e Naval, a quem restrictamente cabe a funcção de Defeza e segurança do Paiz, na 1.ª linha de combate. Mas ha ainda funcções de paz, quer dizer, as do comercio e communicações. As quaes, — acompanhadas e servidas pelas respectivas industrias aeronauticas, — embora desempenhem em epoca normal o seu papel pacifico, constituem, no entretanto, a reserva da aeronautica de guerra, adextrando um grande corpo de pilotos e mechanicos, e instalando dentro do Paiz os meios fabris de renovação e reparação do material.

E' a este conjunto que se aplica o nome de «Poder Aereo».

O exercicio d'este, representando de facto uma especialidade technica, com os seus profissionaes e methodos proprios, deve, a bem da eficacia, coordenação e economia, organizar-se como serviço especial, entregue a uma direcção techica estavel, e unica para toda a actividade aerea. Quer dizer, as Aeronauticas do Exercito, Marinha, Serviço Publico e Comercio, trabalharão no ramo que a cada uma pertence, sem subordinação reciproca, mas subordinadas todas technicamente a uma só direcção superior, na qual se concentra a auctoridade, em quanto respeita a escolas e instrucção (de pilotagem, navegação, tatica, observação, aerologia, radio-telegrafia etc., etc); — á defeza e ataque aereo e anti-aereo; aos fabricos e mechanica; aos aero dromose estabelecimento de linhas; e o mais que interesse o conjuncto aeronautico, e a sua administração.

Claro que as diversas Aeronauticas — apesar de cada uma ocupar o sector especial que lhe é atribuido. convergem todas para o objectivo comum do Interesse Aeronautico Nacional. O orgão d'esse indispensavel espirito unitario, e das eventuaes collaborações, é a Direcção technica superior que a todas preside. E, quanto ás Aeronauticas Militar e Naval, realisa-se a coordenação por intermedio dos contactos que existem organicamente entre as respectivas auctoridades superiores (Conselho Superior da Defeza do Reino, e Conselhos Superiores do Exercito, da Marinha e da Aeronautica, dentro de cada um dos quaes esfão agregados agentes de ligação dos outros dous); e, sob o mando immediato dos chefes militares, de quem as unidades aeronauticas recebem ordens quanto a disciplina e emprego tactico.

A' sombra d'esta orgânica, precisa o nosso Pais urgentemente de acompanhar, por sua parte, o esforço que os Paizes mais adiantados estão empregando para augmento da sua potencia aerea, e para a conquista das possiveis supremacias no dominio do ar. Ins-

talando para o efeito bases aereas, estimulando e auxiliando com subsidios o estabelecimento de linhas de comunicação e commerciaes, e fomentando as industrias correspondentes. E promovendo, ao mesmo tempo, que, ao lado da acção do Estado, se coloque o interesse e o concurso do Publica, por intermedio de Ligas Aeronauticas, por agencias das quaes se faz a propaganda e se congregam as collaborações de quantos comprehendem, ou vão comprehendendo, a alta transcendencia nacional d'este assumpto.

Sigâmos o exemplo. E tomêmos as iniciatiuas necessarias para que não se desnacionalise um certo numero de linhas, directamente relacionadas com os nossos interesses commerciaes, coloniaes e internacionaes.

Tanto mais que, nos roteiros do ar, e nas proprias direcções da nossa antiga expansão, as provas estão dadas de que na raça se não extinguiu o velho sangue dos descobridores e navegadores, antes refloresce com vigores notorios e brilhantes, na pessoa d'illustres membros do nosso Exercito e Marinha.

Não só pelas armas se garante a segurança dos Povos, mas tambem pela Diplomacia, cultivando relações, e agenciando as finalidades d'uma acertada Politica Externa. Nunca esquecendo, comtudo, que a eficacia d'essa Diplomacia depende fundamentalmente do prestigio e do credito do Paiz, os quaes constituem, sem a menor duvida, factor importantissimo, senão indispensavel, para felizes negociações e conseguimentos vantajosos.

É tão simples e intuitivo este conceito por si proprio, que nem mesmo o acentuaríamos aqui, se não fossem as complicações que lhe dificultam a practica; visto que uma Diplomacia n'estes termos requer uma Politica Interna que, dentro das fronteiras, atenda tanto o interesse da Nação, como, fóra d'ellas, nós pretendemos que os estrangeiros o atendam.

Quer dizer, a primeira condição d'uma boa Diplomacia é a boa Administração Publica, boas finanças e instituições militares,— condição incompativel com os defeitos insanaveis da estructura parlamentarista, e só possivelmente realisavel por intermedio d'um Estado-Nação conforme o temos definido.

*

Aureas paginas de Politica Externa escrevêmos nós nos annaes da Historia Universal, abrindo á Europa as vias maritimas do Mundo, salvando-a das incursões turcas, concorrendo para os progressos da sciencia humana, e levando, finalmente, aos ultimos confins do Orbe, a claridade, uma e unica, da fé christã, e da civilização Occidental.

Os outros Povos Europeus, no entretanto, debatendo-se nas guerras e dissidencias, politicas, intellectuaes e religiosas, do Renascimento e da Reforma, quasi que não viam, no meio das suas pugnas, mais ou menos estereis e destructivas, os novos horisontes mundiaes que nós, por nossa conta e risco, á sombra da nossa unidade e paz nacional, fomos desvendando, a beneficio de todos, ao mesmo tempo que criávamos, a nosso favor, o throno egregio de grande potencia maritima, e ocupávamos, na Asia, Africa e America, posições de que ainda hoje tirâmos honras e proveitos.

Magnifica Politica Externa, na verdade. E sabia politica de servir para alguma cousa, com a qual os respeitos se conquistam, e a independencia se firma sobre alicerces inabalaveis.

ACÇÃO REALISTA

Essa Política salutar d'iniciativas precursôras, comquanto entretivessemos relações externas com os demais paizes civilizados, era contudo uma politica autonoma, e que, n'este sentido, póde chamar-se d'isolamento. Embora parallelamente a amizade Portugal fosse, de facto, nos seculos XV e XVI, muito apreciada e procurada pelas grandes potencias.

Em vez d'um Estado Nacional, como era esse que, fazendo alta e verdadeira politica, nos afastava das desordens intestinas da Europa, a bem dos nossos objectivos nacionaes, — temos hoje um Estado de Partidos, que, fazendo pelo contrario baixo politiquismo, nos mete em casa a desordem sectarista e facciosa, para que, á sombra da fraqueza publica, que d'essa desordem logicamente deriva, possam os mesmos partidos explorar a seu talante os rendimentos, e a fortuna publica, a bem dos seus proprios clientes, e com prejuizo absoluto dos objectivos nacionaes.

E assim esse voluntario isolamento d'outr'ora, suscitado de dentro para fóra pelas nossas proprias conveniencias, transformou-se, presentemente, n'um isolamento involuntario, originado de fóra para dentro, em virtude do descredito a que a Republica conduziu a Nação Portuguesa.

Isolamento que sendo «á priori» conjecturavel como corollario natural da situação d'um Paiz sem Exercito nem Marinha, — bem póde dizer-se infelizmente — e sem Economia e Finanças, nem Ordem, nem dignidade do Poder, — os factos teem «á posteriori» confirmado, conforme é publico e notorio, pelo tratamento, correcto nas formulas, mas mais ou menos desapoiado nas votações efectivas, que o nosso Paiz vem ha annos recebendo, dentro da Sociedade das Nações.

*

Não nos convindo hoje o isolamento, nem voluntario nem involuntario, ha que definir as nossas orientações de Politica Externa, as quaes evidentemente deverão ser norteadas pelas realidades e exigencias da nossa situação e circumstancias positivas, que não se compadecem com abstracções sentimentaes ou subjectivismos futuristas.

Estreita Metropole na Europa, com vastos Dominios Ultramarinos, — amputada teriamos a integridade, quando nos cortassem os caminhos maritimos. E se as nossas forças proprias não bastam para manter, desimpedidas e seguras, essas comunicações oceanicas, ha que lançar mão d'uma Alliança com a Potencia que detem tal Poder. Logo a Alliança inglesa é eixo principal da nossa politica externa. Syllogismo que nem mesmo admite discussões.

E, contra esta imposição das circumstancias, não ha lugar para veleidades d'amor proprio; as quaes, se existem, só encontrarão derivativo, logico e util, num grande esforço da Nação, aplicado ao desenvolvimento do seu proprio Poder Naval, de modo que avulte o mais possivel o concurso que nos compete fornecer para a guarda das nossas estradas do Mar. Em qualquer hypotese é este mesmo o caminho adequado para que a Aliança revista o character que convem á dignidade nacional.

E' certo que em condições semelhantes ás nossas se encontram outras Nações que se classificam, ou aspiram a classificar-se, como Potencias de 1.^a ordem. E' certo equal-

mente que a dependencia reciproca é lei necessaria entre os homens, e tambem entre as Nações. D'Allianças todos precisam. E é com Allianças que, em todos os tempos, as Nações completaram as suas forças proprias, sem nenhum desdouro para as partes contractantes. Considerando-se, pelo contrario, como acto perfeitamente natural entre Paizes que se acham sob a ameaça de perigos comuns.

Assim succede precisamente, entre nós e a Inglaterra, visto que, para ambas as Nações, é perigo comum um ataque ás suas linhas maritimas, por qualquer Potencia adversa.

A Alliança deve pois envolver o Tratado, com finalidades defensivas, contra a efectivação d'esse perigo potencial, incluindo, pela propria natureza do caso, clausulas militares, navaes e aereas.

*

Possuimos sobre o Atlantico bases maritimas d'alto valor natural, cuja defeza e aproveitamento belico, em relação ao dominio do Mar, devem estar previstos e preparados desde o tempo de paz. E considerando nós, como de facto consideramos, a Alliança Inglesa como uma troca e cooperação de serviços, — entendêmos consequentemente que as modalidades da mesma Alliança, n'esse aspecto, devem ser definidas e levadas á pratica, sobre a base d'um previo estudo, concertado de comum acôrdo entre os technicos militares, navaes e aereos, dos dois Paizes.

O Comando dos Grandes Oceanos, e a implicita segurança das linhas de comunicação e commercio, dependem de poderosas esquadras, que nós não estamos em condições de possuir. Mas as Esquadras dependem de Bases Navaes, com meios de defeza contra golpes inimigos, e abrigando depositos de combustiveis e armazens de reabastecimentos, docas e facilidades de reparação, para toda a especie de vasos de guerra, de qualquer tonelagem. Até aqui poderêmos nós chegar, começando logo em Lisboa. E tambem estão ao nosso alcance os desenvolvimentos da Marinha e Aeronautica, nos termos a que atraz fazemos referencia.

*

A terminação da Grande Guerra não marcou o inicio d'um periodo de concordia entre os homens, — apesar de ter sido assignado em Versailles, a 28 de Junho de 1919, um Tratado de Paz, onde se incluye a fundação da Sociedade das Nações, destinada a conjurar a repetição de novas guerras.

Pelo contrario a Europa vive hoje n'uma situação de sobresalto, e de justificadas apprehensões acerca do seu futuro, peor do que a situação anterior a 1914. A ditadura do Comunismo Marxista domina o antigo Imperio da Russia, e infiltra as suas influencias e connivencias não só pela Asia e norte d'África, como nos proprios Paizes Europeus, onde estabelece ligação com os respectivos partidos comunistas, socialistas revolucionarios e radicaes. Preparando-se d'esta forma contra as Nações do Occidente uma possivel invasão d'hordas barbaras.

Ao mesmo tempo a Economia da Europa, profundamente abalada e desfalcada pelos estragos da Grande Guerra, permanece ainda bastante fóra dos seus eixos conve-

nientes, quer por efeito d'esse mal-estar internacional, quer como consequencia dos atritos entre o Capital e o Trabalho, cuja harmonização apresenta visiveis difficuldades, ou mesmo inviabilidade, dentro das estruturas constitucionaes que desde o começo do seculo XIX tem vigorado nos Estados da Europa Occidental.

Por outro lado, a Sociedade das Nações, generosa aspiração juridica merecedora de todos os respeitos, tem, todavia, respondido incompletamente, por agora, aos philantropicos designios da sua instituição, facto devido a certas desconfianças d'alguns Paizes, e abstencionismo d'outros, nomeadamente dos Estados-Unidos da America do Norte. E porventura, a outras causas que não nos cabe descriminar aqui.

Póde concluir-se, em resumo, que a situação da Europa, e do Mundo, tal como a caracterisamos a breves traços, envolve alguns perigos e ameaças para a Civilização Occidental, isto é, para a Civilização Christã a que pertencemos.

Parece, por consequencia, que, — emquanto a Sociedade das Nações não conseguisse a plenitude das suas funcções, e sem prejuizo das diligencias que fosse prosseguindo para esse fim, — justificada seria a formação de certos blocos de entendimento, ou pactos defensivos parciaes, podendo conduzir, pela sua ponderação reciproca, a um systema de paz por equilibrio de potencias; ou a allianças mais vastas em face de perigos maiores. Systema antigo, mas bastante adequado á natureza das cousas e dos homens, conforme são, e não conforme deveriam ser; e por isso mesmo susceptivel talvez, pelo menos como recurso immediato, — de restituir á Europa normalisada o seu prestigio secular, na vanguarda dos progressos moraes e materiaes das sociedades humanas.

N'esta ordem d'ideias, e tomando por objectivo concreto a acção concertada contra os perigos e ameaças, a que acima aludimos, ha logar para entendimentos politicos entre Portugal e a Hespanha. E talvez mesmo com certas outras potencias, segundo casos e circumstancias que aqui não analysaremos.

A segurança da circulação no Atlantico é, para Hespanha como para nós, objectivo essencial, só realisavel por meio de acôrdo com a Inglaterra. Não está debalde uma princeza ingleza sobre o throno hespanhol. Essa analogia de conveniencias internacionaes determina outro ponto de encontro entre as duas Nações da Peninsula. E entre ambas d'um modo geral, a visinhança, a afinidade da raça, e os interesses proprios, facilitam e aconselham permanente cordialidade de relações, e boa vontade reciproca nos contractos do viver quotidiano. Não falta, sob o aspecto economico, materia para aproximações uteis, como, por exemplo, ligações ferro-viarias e por outros meios de comunicação; aproveitamentos hydro-electricos e planos e obras de correcção nos leitos dos rios internacionaes (Douro, Tejo, Guadiana, etc.); questão da cortiça; tratado de commercio (pendente desde 1912, em que foi denunciado o de 1893), etc., etc.

*

Ao lado das garantias defensivas, a que acabámos de referir-nos, — a nossa Politica Externa visará a expansão navegadora e mercantil, — exercendo os contactos, promovendo as medidas, e negociando as relações commerciaes convenientes para esse fim. Procurando, n'uma palavra, que a Metropole Portugueza, apoiada nos seus Dominios Ultra-

marinos, e servida pelas iniciativas dos seus Armadores, volte a reatar, quanto possível, as tradições de grande emporio de commercio, que a Portugal historicamente pertencem.

A posição do porto de Lisboa (ou de Leixões) colocado a meio, entre os portos do Norte da Europa, por um lado, e os do Mediterraneo, do Levante e proximo Oriente, por outro, aponta-o desde logo como um centro natural de recepção e tratamento de mercadorias provenientes d'Africa ou d'America, abrindo a estas logar e ensejo para que possam ser negociadas e distribuidas, segundo as melhores oportunidades commerciaes dos mercados consumidores europeus.

Para valorisar as vantagens naturaes de tal posição está indicado o systema das zonas francas com a correspondente legislação aduaneira, facilitando entradas e saídas, e permitindo livremente ao commercio todas as operações de conservação, e todas as combinações, adaptações, e manipulações industriaes, que entenda convenientes. Cousas estas muito sabidas, mas que poderemos considerar um tanto ignoradas, se fôrmos fazer juizo pelas obras, e não pelas palavras das nossas inumeraveis leis e projectos.

Ao abrigo d'esse systema, applicavel desde logo aos nossos productos coloniaes, caberia tambem instituir vasta zona franca destinada ao serviço do Brazil, como entreposto do seu commercio d'exportação. Negociando-se n'esta conformidade a convenção commercial entre as duas nações irmãs, na qual ficaria prevista e consignada a forma de uma e outra se entenderem, e os respectivos commercios se coadjuvarem mutuamente, para a colocação dos seus generos intertropicaes e outros, — café, cacau, borracha, oleaginosos, etc., etc. Processo associativo com o qual ambos os paizes teem a lucrar, visto que, a respeito de certas classes de mercadorias, o Consorcio «Brazil, Angola e S. Tomé» accumula «stock» mercantil capaz de defender os seus preços na concorrência dos grandes mercados do Mundo.

E para que o obra fructifique, — ¿ que precisamos ?

Em primeiro lugar, boa vontade reciproca, boa fé e boa organização cooperativa, o que talvez não seja muito difficil, entre dous povos de berço comum, e identificados pelos costumes e lingua.

Em segundo logar, linhas de navegação mercante nacionaes. Tem-se acentuado successivamente, de 1913 para cá, a decadencia, por parte de Portugal, do commercio luso-brazileiro. Póde, no entretanto, dizer-se, — sem que isto signifique atenuante para o criminoso desleixo, ou hostilidade, dos governos republicanos por tudo quanto sejam verdadeiros interesses nacionaes, — que o problema oferece certas difficuldades, emquanto essa questão de intercambio mercantil entre os dous paizes for tratada na plataforma restricta do consumo interno. Não apenas por ser realmente acanhada a margem d'absorção que esse consumo interno representa, mas ainda por causa da semelhança existente entre a produção exportavel do Brazil e a dos nossos Dominios Ultramarinos.

Mas se nos transportassemos para a vasta plataforma da zona franca, o problema mudaria completamente d'aspecto, surgindo desde logo abundante substancia de frete, e, particularmente, de frete de retorno, — borracha do Amazonas, tabaco e cacau da Bahia, café de S. Paulo, assucares e algodões, couros e madeiros, etc., etc.. E bem sabemos que é esta a condição essencial e sufficiente, em concorrência com outros meios, para viabilisar Empresas de Navegação Mercante.

ACÇÃO REALISTA

Em terceiro lugar, finalmente, o acôrdo com o Brazil deve abranger tambem o regimen protector da emigração portugueza, que tambem interessa, nas obras vivas, o mesmo Brazil, cujo cunho de nacionalidade historica corre perigos se, em face d'emigrações d'outra raça, não forem empregados certos temperamentos.

A lei portugueza de emigração, por seu lado, promoverá as medidas proprias para que a corrente emigratoria funcione em condições favoraveis para a Patria e para os proprios emigrantes, aos quaes, por meio da Navegação Nacional, organização bancaria, escolas, e outras instituições, se garantirá a ligação permanente e a comunidade espiritual com o seu paiz de nascença.

Não se deprehende d'estas palavras que o Nacionalismo deseja a Emigração. Não a deseja. Trata d'ella porque existe. Sem referir-se a cohibições, porque, — exceptuados os casos dos refractarios, e dos homiziados, — entende que o remedio justo e eficaz contra esse movimento despovoador é tornar a Patria habitavel e alimentadôra dos seus filhos.

•

A convenção comercial com o Brazil, n'esses aproximados termos, é um dos factores importantes da nossa expansão navegadôra e mercantil; como o é, por outro lado, o desenvolvimento dos nossos Dominios Ultramarinos, especialmente os Atlanticos.

Desenvolvimento, cujas linhas geraes já atraz enunciámos, bastando-nos agora acentuar de novo, que, para satisfação eficaz d'esses nossos vastos designios de navegação e comercio, convem que o dito desenvolvimento seja francamente orientado, — fóra dos criterios exclusivistas d'uma simples exploração de produtos ricos, — e antes ao contrario, estimulando os povoamentos, o trabalho, a civilização indigena, a circulação, e a agricultura em geral, com a rasgada politica economica propria para a criação de Paizes novos, — unica fonte segura capaz de facultar-nos abundantes mananciaes de grosso trafego. Quer dizer, grandes massas de frete, que são o alimento para uma grande marinha mercante nacional.

E teriamos completado o methodo preciso para pôr em flutuação, de facto, esse poderoso instrumento da nacionalização do comercio, quando, «mutatis mutandis» e com as apropriadas actualisações, puzessemos em vigor a legislação maritima e mercantil do Rei D. Fernando I, no seculo XIV, andando assim para traz, precisamente ao inverso do que aconselha a perigrina sabedoria do regimen implantado em 1910.

•

A expansão do nosso comercio pela sua integração no comercio do Mundo, — que é objecto da nossa Politica Exterior economica, — realiza-se por intermedio de Convenções Comerciaes á sombra d'uma pauta aduaneira, a qual convem que tenha a flexibilidade bastante para adaptar-se a negociações com paizes diversos. Flexibilidade tanto mais indispensavel, quanto depreciações de moeda, instabilidades de cambio, e outras perturbações post-guerra, complicam actualmente o problema, em consequencia das desigualdades que introduziram nas condições da produção dos diversos paizes. Serve para

o efeito o já conhecido e usado systema das sobretaxas, ou reduções, applicaveis á pauta geral que houvermos estabelecido.

A elaboração d'essa pauta presupõe o conhecimento das nossas condições agricolas e fabris, e portanto os respectivos inqueritos. E presupõe tambem a existencia d'uma politica economica do Estado, em harmonia com as características naturais do Paiz, seu desenvolvimento presente, conveniencias do Interesse Geral, e circumstancias externas.

A mesma pauta, iustrumento d'essa politica, será evidentemente proteccionista da Economia Nacional. Isto é, visará a reservar, mais ou menos, o mercado interno para a nossa propria producção, emquanto as Convenções Comerciaes procuram, para os excedentes d'esta, colocação no mercado externo. Dous objectivos em certo grau contradictorios, visto que Convenções Comerciaes envolvem troca de favores entre as partes contractantes. «Do ut des», lei inflexivel, tão classica, como justa. Assim o proteccionismo tem de sujeitar-se ás normas d'uma doutrina economica racional, acerca das quaes já atraz definimos, em principio, o nosso pensamento. O contrario d'isto seria tornar impossiveis as Convenções Comerciaes, sacrificando as grandes producções, ou as producções necessarias, que representam o Interesse Publico, ao pezo morto d'umas tantas industrias sem seivas de vida propria, nem promessas de futuro.

Infelizmente a Economia Portuguesa tem, até agora, dispensado grandes rigores na practica d'estas discriminações, porque o seu magro caudal de producção deixa em aberto espaço de sobra para a affluencia d'importações estrangeiras. A cada um dos paizes estranhos com quem temos mantido maiores relações commerciaes, — Inglaterra, Allemanha, Estados-Unidos, França, Belgica, etc., etc., -- mais comprámos do que vendêmos.

E' certo, apezar d'isto, que são esses os principios que devem presidir ás negociações dos nossos tratados ou convenios de commercio, os quaes, acima de tudo, teem de obter mercados para as nossas principaes mercadorias d'exportação, e resguardar o mercado interno para um certo numero de producções que precisamos desenvolver. Na economia do Mundo existe certa divisão de trabalho, d'onde resulta haver sempre terreno para favores reciprocos. Com elles, ou com represalias, negociaremos, sem formulas rigidas, a bem das vantagens nacionaes. Quer dizer, a bem das grandes correntes d'expansão agricola, industrial e commercial, sem prejuizo das diligencias que o Estado, no seu papel de dirigente e d'arbitro, apoiado sobre os Conselhos Economicos e Corporações, internamente empregue para harmonisar, quanto possivel, com essas vantagens nacionaes, as modalidades diversas da iniciativa particular.

Claro está que o Nacionalismo Economico que temos em vista, — objectivo inacessivel a um regimen desacreditado como é a Republica Portuguesa, — está pelo contrario perfeitamente dentro das possibilidades para o Estado-Nação, que preconisâmos, e que negoceia com a força, pelo Extranjeiro reconhecida, da Consciencia Nacional que legitimamente representa.

(Conclue no próximo número)

H. de Paiva Couceiro.

ECOS

CONDE DE SUCENA

Em Agueda, sua terra natal, morreu o sr. Conde de Sucena, que foi, durante toda a sua vida, um belo exemplo de trabalho persistente e probo e de bondade cristã. A Causa Monarquica perdeu um dos seus mais valiosos servidores, que soube sempre cumprir o seu dever, nunca hesitando diante de nenhum sacrificio. O sr. Conde de Sucena, que conseguiu granjear, com rude e honesto trabalho, uma enorme riqueza, — compreendeu que o dinheiro só se reabilita quando iluminado por uma profunda piedade cristã. Fundou hospitais, espalhou com larga beneficencia o seu dinheiro aos que necessitavam, — e soube servir com acendrado patriotismo a ideia monarchica, a que se manteve sempre fiel, como velho e honrado portuguez. Nunca fez da sua riqueza um estandarte de ostentação grosseira.

Cristão e portuguez, cumpriu o seu dever para com Deus e a Patria.

A nobreza que conquistou foi portanto, legitima, — baseada sobre o trabalho e o espirito de servir, e não sobre votos, como a de tantos *caciques* liberaes.

A sua morte foi dolorosamente sentida na Causa Monarquica. S. M. EL-Rei, que conheceu a dedicação exemplar do Conde de Sucena, que poz ás suas ordens toda a sua riqueza, perdeu um amigo e um fiel servidor.

Ao seu filho sr. Conde de Sucena (José) nosso querido camarada e membro da Comissão Executiva da A. R. P., enviamos os nossos pezames, acompanhando-o na grande dor que acaba de feri-lo.

«CLARIDADE» — por João Ameal

A nova geração define de dia para dia o seu pensamento nacionalista. João Ameal com o seu novo livro, a que deu o titulo symbolico de *Claridade*, vem enfileirar, numa attitude intensamente afirmativa, ao lado dos que lutam por um Portugal livre de mentiras. A sua prosa ritmica calcante, subtil, procura nervosamente os seus moldes definitivos. Em breve falaremos deste pelo livro, que desde já recomendamos aos nossos leitores.

ANDRÉ SUPARDO

Dessa pleiade de rapazes que, num periodo de hesitações e tibiezas, soube salvar a Raça da vergonhosa capitulação de 5 de outubro, indo juntar-se

a Paiva Couceiro para o golpe das incursões de 911-912, foi um dos primeiros André Manuel de Walden Supardo. Trocando o conforto do seu viver abastado pelo cumprimento dum dever, arriscou a vida e sujeitou-se depois ás privações e ás agruras do exilio.

De regresso á pátria, lutou e venceu pela tenacidade inteligente do seu trabalho, e conquistara uma situação de destaque quando a morte o veio roubar á missão que se tinha imposto e ao convívio dos seus.

Dedicadissimo a El-Rei, o seu monarchismo consciente levou-o a assinar a mensagem de 8 de dezembro ao sr. Aires de Ornelas, e a manter a mais estreita afinidade com a Acção Realista, onde contava numerosos e sinceros amigos.

Nobre character, a sua morte causou a mais funda impressão em todos os que trabalham nesta casa, e que ficam orando a Deus pelo eterno descanso da sua alma.

LIVROS

Agradecemos a oferta dos seguintes livros, a que nos referiremos na secção critica :

D. Carlos — drama em verso, por Teixeira de Pascoais.

Barristas Portuguezes — por Luis Chaves.

Bardos e Cavaleiros — por Luis Veiga.

Ao Sol — por Mota Cabral.

DR. MANUEL PESSOA

Foi eleito para o Conselho Director Central das Juventudes Monarquicas Conservadoras o nosso prezado amigo e illustre advogado sr. dr. Manuel de Magalhães Pessoa.

Muito acertada a escôlha dos vários Núcleos para aquele Conselho porquanto o sr. dr. Magalhães Pessoa, integralista de sempre que á organização do Integralismo Lusitano prestou assinalados serviços, certamente, à testa dessa importante agremiação que são as Juventudes Monarquicas, continuará a servir os mesmos principios em que a sua intelligência se conforma.

A Acção Realista cumprimenta, por esse facto, uma e outro, e confia em que S. Ex.^a se esforçará por imprimir áquella instituição uma feição nova, doutrinária e construtiva, que muito contribuirá para o triunfo do nacionalismo integral.

Elogio do menor numero

I — «*Vox populi . . .*»

A historia das novas ideias de regeneração politica em Portugal — é, infelizmente, marcada por uma série lamentavel de mal-entendidos. A multidão vive na eterna tendencia estagnadora dos preconceitos. Educaram-na dentro dum ciclo determinado de graves sofismas. Deram-lhe uma estrutura artificiosa e tarada. Desnortearam-lhe o entendimento rudimentar com o jogo colorido das miragens que cegam. E, por isso, quando ouve soar o alarme fundo dos novos apóstolos e quando assiste ao apêlo inspirado das consciencias despertadas, a multidão retrai-se, hostiliza, calunia, e procura, em todas as doutrinas salvadoras, o ponto vulneravel para as inutilizar.

E', afinal, legitimo. O Numero — essa potencia ignara — habituou-se, ha muito, a impôr a sua tirania criminosa. O Numero defende-se contra a Seleção. O corpo recusa-se a obedecer ao cerebro. E temos assim um curioso organismo, duma acefalia teimosa, preferindo entregar-se á oscilação dos despotismos arbitrários em vez de se confiar, dócil e sensato, ás directrizes lógicas da sua condição e da sua finalidade.

Mas dizia eu : a historia das novas ideias de regeneração tem sido marcada pela série lamentavel dos mal-entendidos. O meu artigo de hõje procura examinar e esclarecer um desses mal-entendidos. Trata-se do absurdo argumento de muitos contra o triunfo certo da cruzada nacionalista ; o argumento de que, por enquanto, o nosso grupo é demasiado restricto, e de que, no conjuncto da população, a sua percentagem é ainda limitada e dispersa. Eis uma das barreiras simplistas que certos superficiais querem opôr ao nosso avanço e ao nosso progresso.

II — *Majorias e minorias*

Ora esse argumento, essa barreira — são apenas os sintomas tristes da vacuidade de quem os formula. O poder das maiorias, a confiança na sua vontade e na sua orientação, é uma velhissima e desacreditada mentira. As maiorias não existem — como creadoras ou como inventôras. Existem, sim — como colaboradoras, como solidarias. Ha uma constatação curiosa de Maurras sôbre uma grande hora historica, a hora da tomada da Bastilha, que tinha por fim marcar, decisivamente, a sentença de morte das monarquias : havia, em França, um homem que mandava, havia um rei : Luiz XVI. Tomou-se a Bastilha para sacudir o jugo real. Pois bem. No fim da vitoria popular, já não havia um rei em França — havia tantos quantos os grupos que, no meio da praça, escutavam o discurso dum tribuno. Esta substituição automática duma autoridade a outra autoridade, dum dominio a outro dominio, ilustra singularmente o problema. Ela só nos vem ensinar mais vivamente uma verdade que não entendem os que fecham os olhos á intelligencia positiva : é que a multidão, na sua constituição impessoal de rebanho, na inconsequencia

das suas paixões bruscas, na influenciavel excitabilidade da sua febre, não pode passar sem os pastores que a conduzem, — e, na maior parte dos casos, foge dos bons pastores para escolher os maus . . .

Não. As maiorias não impõem uma doutrina, não organizam um sistema. Essa só pode ser a missão dos chefes. E os chefes ou exaltam as massas lançando-as nas grandes pugnas donde nasça uma redenção, como fez Mussolini, ou as educam pela luz espiritual, pela clara demonstração das realidades e das soluções, pela sementeira mental das lições altas. «*La foule suit et ne précède jamais*». Bordeaux, em 1904, já o dizia num livro de criticas, a proposito de Joseph de Maistre. A turba não é mais do que uma flutuação heterogénea de possibilidades. Se alguém, tocado pela graça, destacar do oceano amorfo a onda mais viva, a força mais util e o fluxo mais benéfico — a turba será uma energia em movimento e em evolução, e tornar-se-ha capaz de todos os prodigios e de todas as renascenças . . .

III -- *Elogio do menor numero*

Poderá parecer que eu estou apenas a fazer o elogio dos chefes. Evidentemente que faço o elogio dos chefes — mas, por corolario, faço tambem o elogio de todos aqueles que os apoiem, que os justifiquem e que preparem o seu advento. Em geral, são poucos os arautos das verdades novas, os evangelistas das novas crenças. Mas, á volta de cada arauto, ha uma suspensão d'anciedade colectiva. E á volta de cada evangelista, pulsa uma auréola e resplandece uma atmosfera intensa de predestinação.

Eu não vou decerto tão longe como Lemaitre, e não afirmo que «uma doutrina vale exactamente o que vale as almas que a abraçarem». Uma doutrina vale intrinsecamente — pela estrutura, pela oportunidade, pela fusão do prestigio intelectual com o prestigio emotivo, pela eficacia com que toque o pensamento e com que enobreça a sensibilidade. Mas concordo com o critico celebre dos «*Contemporains*» quanto á exigencia que mostra sôbra as almas que a abraçarem. Elas devem ser plenas de humildade — para não pensarem no proveito próprio e saberem desprezar as solicitações da vangloria. Elas devem ser corajosas — para suportarem todas as lutas e se sôbrepôrem a todos os martirios. Elas devem ser, sobretudo, transfiguradas pela fé, que não só abala montanhas como tambem acende o fogo sagrado das transfigurações.

E eis aqui a razão do meo elogio do menor numero. Acusam-nos de sermos poucos. Mas antes sejamos poucos! Porque talvez assim seja possivel que em todos nós se manifestem essa humildade, essa coragem e essa fé que não pódem deixar de trazer-nos o triunfo!

Somos poucos . . . E' possivel. E' mesmo consolador. Porque ainda não é tempo de sermos muitos. Porque, se fossemos muitos, haveria entre nós lugar para todos os judas e para todos os maus apóstolos. Sendo poucos, somos, decerto, melhores. Em frente das maiorias desorientadas — cada um de nós será uma convicção inabalavel. E, entre um convicto e um milhão de hesitantes — será sempre o convicto quem vencerá!

João Ameal.

Acção Realista Portuguesa

«ACÇÃO ALGARVIA»

A evidencia das verdades que o nacionalismo integral encerra e a mocidade e a fé com que foi lançado o nosso movimento fazem que em cada recanto do país desperte um núcleo de energia pronto a propagar a boa doutrina e a preparar a Ordem Nova que ha-de restituir a Raça ao caminho perdido da sua tradição.

Coube agora a vez ao Algarve de lançar a público um periódico que será o porta-voz da Acção Realista Portuguesa naquela provincia.

Devido á intelligente acção do nosso illustre delegado sr. conde de Silves e do grupo de vontades que o acompanham na organização do nacionalismo integral no distrito de Faro, saiu a público, no passado domingo, 26 de abril, o primeiro número do semanário «*Acção Algarvia*». Ostentando o emblema do nosso movimento com a legenda «*Nos liberi sumus Rex noster liber est*», intitula-se «*orgão da Acção Realista Portuguesa no Algarve*».

O n.º 1, insere, *en tête*, uma saudação cujos termos muito nos apraz registrar :

«No cumprimento do mais sacrosanto dos deveres, a «*Acção Algarvia*», ao iniciar a sua publicação, saúda a Igreja Católica a quem rende as suas homenagens de filial affecto e inteira submissão, depois do que saúda, em Suas Magestades El-Rei e a Rainha, as instituições politicas tradicionais que deram á Patria séculos de grandeza».

Ao centro da 1.ª pag., o retrato de El-Rei o Sr. D. Manuel, em editorial, um belo artigo do sr. cons.º Antonio Cabral, e, da redacção, a seguinte nota que define muito clara e inteligentemente a missão que o novo semanário se impõe :

«A «*Acção Algarvia*» será no Algarve o orgão officioso da Acção Realista Portuguesa.

Defenderá portanto, contra os principios mentirosos duma democracia perniciosa, a essencia pura das ideias tradicionalistas. Combaterá com entusiasmo e intransigencia pela verdadeira Monarquia, a Monarquia Organica dos Sindicatos e Municipios, contra qualquer regimen liberal, quer seja a republica que nos levou á ruina, quer seja a Monarquia liberal que nos levou á republica.

Não temos o mais leve intuito de dividir forças, como alguém malevolamente poderá dizer. Se assim

fosse não teriamos como temos o apoio franco e directo de Sua Magestade El-Rei.

O que temos apenas é a disposição inabalavel de lutar, com os olhos fitos na imagem sagrada da Patria, contra todos os regimens de perdição em prol do unico que nos pode engrandecer».

Este número insere ainda colaboração de Laertes de Figueiredo, sonetos de Antonio Sardinha e José Nosolini, uma secção de propaganda sindicalista, crónica desportiva, etc. Apresenta-se, em summa, magnificamente redigido, prometendo ser um dos melhores semanários portugueses.

Cumprimentando os nossos presados camaradas, Fausto Santana, director, Salvador Gomes Vilarinho, administrador e Bernardo Jacinto J.º, editor, saudamos a «*Acção Algarvia*» o novo combatente de quem tanto há a esperar em prol da Causa de Deus, da Patria e do Rei.

NO BOM COMBATE

E' tão grande o número de pessoas que, nesta última quinzena, se inscreveram na Acção Realista, por intermédio dos vários organismo de Lisboa e da Provincia, que não podemos registrar o nome de todos.

Lisboa : — Conde do Juncal, José Alves Rodrigues, Alberto Eurico de Sá, José Marques, Antonio Manuel Rodrigues Cruz, Hermesindo Neves da Silva, Cipriano Moraes, Alberto Antonio Hipolito, João Gonçalves dos Santos, Urbano Marques, etc.

Cimbra : *Estudantes da Universidade* : — José Adriano Pinto Coelho de Ataíde e Castro, Augusto da Costa Falcão e Cunha, Sebastião Alberto Centeno Frago, Francisco Tomás Simões de Carvalho, Manuel Correia de Carvalho, Luis Andrade, Augusto Abreu Machado Cardoso Piato Osorio, Teotónio de Almeida Faria Lima, Antonio José Guimarães, Antonio José Pimenta Ribeiro, Aristides de Aguiar, Alberto Almeida Plácido, Armando Henrique Moura Neves, José Tomás Ravasco Anjos, Francisco Durão Póvoas, José Leitão Rita, Cesar Ferreira Cardoso, Jaime F. Fernandes Basto, Antonio F. Fernandes Basto, Fernando Eloi Borges Cardoso, etc.

E mais os srs : Eduardo Hicklsey Ivens, Miguel Cardoso Pessoa Cabreira, José Soares Couceiro, Antonio Sereno, José Rodrigues Geitoeira, Dia-

mantino Rodrigues Franco, A. M. Vieira de Carvalho, Abilio Rodrigues, Jerónimo da Cunha, etc.

Algarve: — José Martins, José da Cruz Guerreiro, Francisco Silva Ribeiro, Salvador Gomes Vilarinho, José Francisco Bedito, José Gomes Vilarinho, Bernardo Jacinto Jor, Fausto Sant'Ana, João Pereira, José Figueira Peguinha, Antonio da Silva Peralta, Antonio Carneiro Jacinto, Paulo Silva Santana, José Gregorio da Silva, Joaquim Rita, Vasco Monte Verde, Sousa Lobo Brandão, Antonio Silva Marques, Bento da Cunha Domingos, Evaristo Rosario Guerreiro, João Francisco Vieira, Luis do Carmo, etc.

Tomar: — Augusto Couto Tavares e Joaquim Couto Tavares.

Alcacer do Sal: — Aires Couto Tavares.

Entre os novos inscritos de Trás-os-Montes conta-se o rev. Abilio Augusto Ferreira, virtuoso sacerdote, companheiro do comandante Paiva Couceiro nas incursões, e sempre pronto a sacrificar-se pela Patria e pelo Rei.

A todos os novos inscritos da Acção Realista apresentamos os nossos cumprimentos de camaradagem e de fé.

VISITAS

Deram-nos o prazer da sua visita os srs. Luis Charters de Azevedo, delegado da Acção Realista no distrito de Leiria, dr. Antonio de Valadares Botelho, delegado no distrito do Porto, Arlindo Martins, vice-presidente da Junta Municipal de Vila-Real, e Luis da Camara Pina, da Junta Escolar de Coimbra.

Com os ilustres representantes da Acção Realista na Provincia trocou a Comissão Executiva impressões sobre organização.

A todos apresentamos os nossos cumprimentos.

D. PEDRO DA CAMARA

Assumiu as funções de administrador desta revista o nosso dedicado amigo sr. D. Pedro Escórcio da Camara, a cuja actividade e espirito organizador a Acção Realista Portuguesa já muito deve.

Estamos certos que o seu trabalho e dedicação muito vão contribuir para maior desenvolvimento da «Acção Realista».

Abraçamos o nosso camarada.

A NOSSA ORGANIZAÇÃO NO ALGARVE

Continua activamente a expansão da Acção Rea-

lista no Algarve. Agora são os concelhos de Albufeira e Vila do Bispo que se estão organizando sob a direcção respectivamente do sr. dr. Henrique Pinto de Albuquerque Stochler, ilustre magistrado que já esteve a ferros da Republica, e do rev. padre José Antonio Monteiro, tambem antigo preso politico e um dos mais insignes oradores sagrados do Algarve.

A's duas figuras de tão alto relevo que vêem para junto de nós combater pela Causa de Deus e do Rei, as nossas saudações.

«A RESTAURAÇÃO»

Damos hoje a bôa noticia de que vai reaparecer, nos primeiros dias de maio, o semanário de já brilhantes tradições «A Restauração», como órgão da Acção Realista em Coimbra.

Este facto bem demonstra como a nossa organização vai alastrando, como as ideias nacionalistas vão dominando os espiritos por todo o país.

Dirigirá a «Restauração» a Junta Escolar da Universidade, assumindo as funções de redactor principal o secretario da mesma Junta e nosso dedicado camarada Bento Caldas. Editor, o antigo combatente João Calixto, e administrador o delegado da Acção Realista em Coimbra, antigo official do Exercito, José Maia.

A «Restauração» continuará por certo a brilhante acção que desenvolveu como órgão do Nacionalismo Integral, com Marques Mano, Luis Vieira de Castro, Ernesto Gonçalves e Henrique Parreira, e o seu reaparecimento representará uma etapa magnifica no desenvolvimento da Acção Realista Portuguesa.

VOLUNTARIOS DA A. R. P.

Publicámos, no numero anterior, o estatuto que rege a organização do Corpo de Voluntarios da Acção Realista.

E' uma instituição indispensavel dentro do nosso movimento. Compete-lhe manter a ordem em todas as manifestações da A. R. P., estabelecer ligações, coadjuvar todos os actos de propaganda, facilitar ou executar os serviços confiados aos vários organismos da Acção Realista Portuguesa, etc.

A formação do Corpo de Voluntarios está a cargo de pessoas idôneas para tal empreendimento. E' grande o número de inscritos em Lisboa, e no Algarve estão em organização vários grupos. Que todos os nossos camaradas se inscrevam nas listas de Voluntarios da A. R. P.

A SAIR BREVEMENTE:

**Carta aberta aos meus
amigos e companheiros**

POR

H. DE PAIVA COUCEIRO

Edição da ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

CAMILO
CONTRA-REVOLUCIONARIO

DEPOIMENTOS

Coligidos, prefaciados e anotados

POR

FERNANDO CAMPOS

Pedidos á LIVRARIA PORTUGALIA — EDITORA

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

Lama

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 402 0



A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

*A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIONAL;***

*A constituição dumas **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO;***

UM REI** que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSÁVEIS PERANTE ELE;

*Uma **MONARQUIA**, em fim, liberta de todas as mentiras democráticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL.***